

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 38ª Reunião Ordinária - 17/01/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
Cooperativa Holambra	Petrus B. Weel
Consórcio PCJ	Andréa Borges
DAE S/A Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira José Carlos Perdigão
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan Raquel Schmidt
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	André Luiz Xavier Macedo Barret Denis Herisson da Silva Henrique Bellinaso
CETESB	Maurício Magossi
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini
COOTA	Patrícia Montebelo
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso Brunini Frandi
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT / CONIRP	Roberto Polga
INEVAT	Cláudia Grabher
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
PM de Salto	Carlos M. do Nascimento Faria Gabrielle R. de Oliveira
PM de Toledo	Damião Aparecido do Couto
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SR de Limeira	Nilton Piccin
SIMA / CBRN	Natália Gomes Fernandes
TNC	Henrique Bracale

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Marina Peres Barbosa
Ambiental Schincariol	Carlos A. Schincariol
CETESB Campinas	Antônio C. Bordignon Júnior
DAE Jundiaí	Carlos Eduardo Persim
GAEMA Campinas	Flaviana Maluf

GAEMA Piracicaba	Dra. Alexandra F. Martins Michel Silva Metron
Instituto de Zootecnia	José Evandro de Moraes
Prefeitura Municipal de Hortolândia	Paulo José Mancuso
Prefeitura Municipal de Jaguariúna	Irineu Gastaldo Júnior
Prefeitura Municipal de Limeira	Gabriela Trigo Ferreira Cláudia Berhert
Prefeitura Municipal de Paulínia	Jeanette I. Miachir
Prefeitura Municipal de Nova Odessa	Aryhane Massita Jorge Pereira Fagundes
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli
SOS Mata Atlântica	Cícero Homem de Mello Júnior

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Abertura da 38ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta): Após o *Welcome Coffee*, a coordenadora do GT Sra. Meire Menezes Bassan (PM de Limeira) fez a abertura da 38ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais às 9:30h e deu as boas vindas aos presentes, passando a palavra ao Diretor Técnico de Departamento do Instituto de Zootecnia, Dr. Luiz Ayroza, que agradeceu a presença de todos e colocou o IZ a disposição das ações dos Comitês de Bacias PCJ, acreditando na sua importância como um órgão articulador e de decisão na gestão dos recursos hídricos, salientando que durante muito tempo participou das atividades do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe (UGRHI 20 e 21), já que atuava na área de aquicultura pelo Instituto de Pesca / APTA / SAA nesta região. Sobre a parceria com a SOS Mata Atlântica, entende ser de grande importância para a adequação ambiental e Restauração Florestal da Unidade de Pesquisa de Nova Odessa, tanto das APPs quanto da Reserva Legal. Lembrou de fala do Secretário de Agricultura sobre a integração entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável. Pediu desculpas pelo fato de não acompanhar o restante da reunião pois precisaria ir para São Paulo na SAA; **2. Restauração Florestal - Metodologia da SOS Mata Atlântica - palestrante Cícero José A. Homem de Melo Júnior - Coordenador de Restauração Florestal da SOS Mata Atlântica (item 2 da pauta):** Inicialmente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

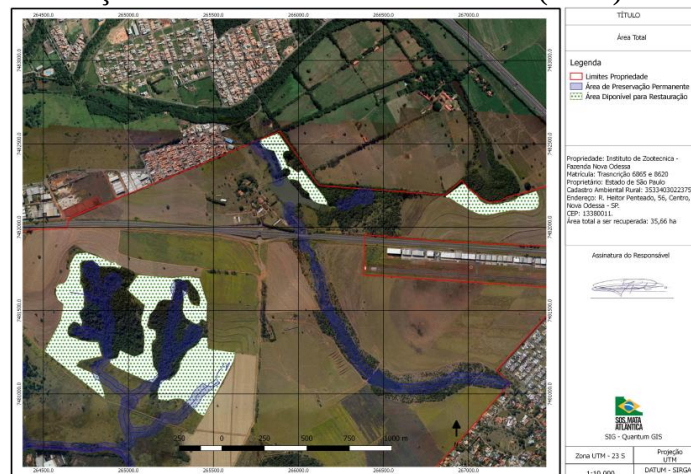


CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASIAIS

Ata da 38ª Reunião Ordinária - 17/01/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

o Sr. Cícero fez uma breve apresentação institucional sobre a SOSMA, destacando a sua História: Na década de 1980, cientistas, empresários, jornalistas e defensores da questão ambiental se aproximam e lançam as bases para a criação da primeira ONG destinada a defender os últimos remanescentes de Mata Atlântica no país. Surgia a Fundação SOS Mata Atlântica, em 20 de setembro de 1986. Um nascimento que representou um passo adiante no amadurecimento do movimento ambientalista no país. Já em seus momentos iniciais, a ONG alia o ideal da conservação ambiental ao objetivo de profissionalizar pessoas e de gerar conhecimento sobre a floresta. A Fundação SOS Mata Atlântica construiu sua trajetória através da mobilização permanente e da aposta no conhecimento, na educação, na tecnologia, nas políticas públicas e na articulação em rede para consolidação do movimento socioambiental brasileiro. Importância da Mata Atlântica: 72% dos brasileiros vivem na Mata Atlântica, 3.429 municípios e 17 estados estão contidos dentro desse bioma, com 70% do PIB. Missão: Inspirar a sociedade na defesa da Mata Atlântica. Visão: Transformar valores e atitudes em prol da Mata Atlântica. Causas: Restauração da Floresta, Valorização de Parques e Reservas. Água Limpa e Proteção do mar. Referências bibliográficas para a Restauração Florestal da Mata Atlântica - *Science - The global tree restoration potential. Restauração florestal permanece como estratégia mais eficaz para combate as mudanças climáticas e Science - Global restoration opportunities in tropical rainforest landscapes. Mata Atlântica é o Hotspot mundial para restauração florestal.* O Sr. Cícero enfatizou que o propósito é atuar com restauração ecológica nas áreas do IZ. Experiência da SOS Mata Atlântica na Restauração Florestal - *Programas de Restauração Florestal* - Total: 40,5 milhões de mudas plantadas em 550 municípios de 9 estados. 23 mil hectares restaurados equivalente à área do município de Recife. **Parceria SOSMA x Fundação Agência das Bacias do PCJ** dentro do âmbito da Política de Mananciais PCJ - em 15/10/18 foi Celebrado um Termo de Cooperação Técnica para desenvolver atividades em conjunto visando a restauração ecológica das Bacias do PCJ. Atualmente estão sendo feitas restaurações no projeto Nascentes de Analândia e no Instituto de Zootecnia (Bacia do Ribeirão Quilombo). Com mais de um século de trabalho pela

pecuária, visando elevar a produtividade, a eficiência e o bem-estar animal, o IZ é pioneiro na pesquisa científica mundial com a raça Nelore. A Instituição destaca-se pela geração de uma série de benefícios ao meio científico, ao meio técnico e aos pecuaristas - pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e serviços à disposição do agronegócio paulista. Nesse período destacam-se estudos com gramíneas e leguminosas tropicais, melhoramento genético de bovinos de corte, sistemas de produção em ovinocultura e qualidade do leite. O Instituto de Zootecnia (IZ), pertencente à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Fundado em 15 de julho de 1905, tem por missão “Desenvolver e transferir tecnologia e insumos para a sustentabilidade dos sistemas de produção animal”. Com a utilização das técnicas de manejo amplamente estudadas pelo IZ - suplementação alimentar e aditivos (mitigação), aplicação dos conceitos de bem-estar, confinamento estratégico, aumento da eficiência alimentar (CAR), reprodutiva e sanitária, melhoramento genético animal e vegetal, introdução de leguminosas e introdução com agricultura (integração lavoura-pecuária) e florestais (integração lavoura-pecuária-floresta) -, consegue-se minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e aumentar a eficiência do sistema. Com uma área de aproximadamente 850 hectares, tem no contrato de parceria com a SOS Mata Atlântica uma primeira programação de restauração ecológica conforme a figura abaixo onde na cor branca estão as áreas de restauração inicialmente acordadas com o IZ (32 ha).



Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS **GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS**

Ata da 38ª Reunião Ordinária - 17/01/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

A Resolução SMA 07 preconiza áreas prioritárias de restauração no Estado de São Paulo, sendo também recomendação do Ministério Público a destinação das restaurações não serem destinadas para fora da Bacias PCJ e Alto Tietê. A Jaguatibaia é parceria deste projeto com a produção de mudas que estão sendo usadas. Atualmente a ONG está sediada dentro da Unidade da EMBRAPA em Jaguariúna (EMBRAPA Meio Ambiente). Cícero resalta que os trabalhos da SOS seguem as recomendações do GAEMA, ou seja, os TCRA's que recebem são alocados em bacias prioritárias, como as bacias PCJ. A assistente da promotoria de Campinas (GAEMA), A Sra. Flaviana (GAEMA Campinas) questiona a SOS sobre como eles estão procedendo para resolver a questão das áreas que precisam de cercamento. Cícero explica que as cercas estão sendo pagas pelo proprietário como forma de contrapartida, e no caso específico de Analândia, o cercamento foi custeado pela Agência de Bacias PCJ. A Dr.ª Alexandra (GAEMA Piracicaba) questiona a SOS se o termo de compromisso feito com o PCJ também tem sido feito com outros comitês e Cícero explica que não, que até o momento as outras compensações são realizadas de forma semelhante ao programa Nascentes da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Dr.ª Alexandra resalta a importância de manter as compensações em áreas prioritárias dentro dos municípios. Comentário do Sr. Bordignon (CETESB) vai no mesmo sentido. O Sr. Perdigão da ONG Jaguatibaia fala sobre como esta instituição colaborou para que ocorresse essa parceria entre a SOS e o IZ e a restauração florestal fosse realizada. Iniciou-se uma discussão sobre as dificuldades de cadastro dos projetos de recuperação no SARE, como a disponibilidade do produtor e conhecimento do mesmo para realizar o cadastro do projeto; a permissão do produtor para um responsável técnico fazer o cadastro; a dificuldade do poder público em fazer o cadastro, pois não pode ser responsável técnico, logo tem que usar login e senha do produtor; entre outras dificuldades. A Sra. Andréia Borges (Consórcio PCJ) questiona a SOS sobre como eles lidam com o problema das queimadas e Cícero esclarece que é através de aceiros e que a SOS repassa por contrato os problemas com fogo para a contratante e o compromissário do TCRA também tem que ajudar a pagar. o Sr. João Demarchi comenta sobre restauração florestal

lembrando das discussões como Prof. Ricardo Rodrigues da ESALQ, do trabalho realizado pelo Eng. Harry Lorenzi (Instituto Plantarum) nesta área de replantio, oferecendo um farto material de levantamento das árvores e plantas arbustivas encontradas nesse remanescente de Mata Atlântica do município de Nova Odessa. Por fim entende que o Instituto de Botânica também deveria ter uma maior participação nestas discussões, já que além da expertise, realizam anualmente um evento para discutir esse assunto. Realizada uma visita ao local de plantio, com apresentação do Sr. Bonilha (Da Serra Ambiental), responsável pela restauração florestal, o tipo de muda, os equipamentos utilizados, a metodologia desenvolvida, etc. O Sr. Perdigão (Jaguatibaia) ainda comentou sobre a APA Campinas e das parcerias com a EMBRAPA Meio Ambiente. Na APA há 22 mil hectares, sendo aproximadamente 5 mil em APPs; **3. Secretaria - Informes Gerais (item 5 da pauta):** O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), secretário do GT, após o retorno da visita de campo, colocou em discussão a minuta de ata enviada por e-mail, sendo a mesma aprovada por unanimidade., com apenas uma alteração na instituição que a Profª. Luiza representa no GT, sendo o correto a ONG Jaguatibaia e não a PUC. **Informes: (3.1) Apresentações:** O Sr. João Demarchi fez uma apresentação da Política de Mananciais PCJ no V Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês de Bacias PCJ (Rio Claro), na Câmara Técnica de Gestão das Águas do Comitê de Bacias Sorocaba Médio Tietê, no 1º Simpósio Técnico-Científico do Continuum Cantareira em Nazaré Paulista, para uma reunião no Instituto Ipê no município de Nazaré Paulista e para a reunião de lançamento da Lançamento da Rede de Áreas Protegidas no dia 29 de novembro de 2019, na ARIE Mata de Santa Genebra em Campinas; **(3.2) Liberação de Recursos Financeiros para o PSA (Programa II)** - Termo Aditivo com a Caixa Econômica Federal para pagamento dos produtores (PSA) foi assinado com a Agência PCJ, restando agora o contato da CEF com os municípios contemplados, incluindo Piracicaba, Limeira, Piracaia, Jundiá e Jaguariúna. A Srta. Marina explica que foi concluído o aditivo e o manual de procedimentos operacionais com a Caixa e agora foi encaminhado a documentação do edital entregue pelos municípios para elaboração de contrato e a Caixa tem entre 15 a 20 dias para dar um retorno à Agência sobre como será feito o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 38ª Reunião Ordinária - 17/01/2020 – 9-13 h
Instituto de Zootecnia - CCTC Sala 4 PG – Nova Odessa - SP

repassa aos municípios. Marina explica também que o parecer técnico será realizado pela equipe da Agência, pois o Comitê irá pagar uma taxa para que a Caixa faça somente o papel de agente financeiro; **(3.3) TR do Programa IV (PMMA) - GT-Áreas Protegidas** - cópia final foi enviada para o ICLEI e para o Mário Mantovani da SOS Mata Atlântica para análise e sugestões finais antes da sua execução. Estamos aguardando o retorno destas instituições para continuidade do seu cronograma. A Srta. Marina explicou também que todos 72 municípios serão contatados e sensibilizados de forma que todos que quiserem serão capacitados para elaborar um plano de Mata Atlântica; **4. Palavra aberta / Outros Assuntos (item 6 da pauta):** A Srta. Marina (Agência PCJ) comentou sobre os trabalhos pilotos que vem sendo realizados em Salesópolis com a exploração comercial da Reserva Legal, utilizando-se espécies nativas, frutíferas, madeiras, etc. A pessoa de contato é o Sr. Vinícius. O Secretário Demarchi comentou sobre a necessidade de sermos um pouco mais agressivos na comunicação da Política de Mananciais aproveitando que no final do ano comemoraremos 5 anos da política e a 50ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, além da 100ª Reunião Ordinária da CT-RN (fevereiro de 2021). Vamos atualizar o folder ou livreto, fazer alguns itens comemorativos como canetas, canecas e ou camisetas, dependendo de patrocínio e dos recursos financeiros disponíveis. O Sr. João Demarchi comentou sobre a falta de recursos para investimentos pelo produtor pela estagnação dos programas da SAA como o Integra_SP, ABC, etc. Também salientou a importância da reativação da Comissão de Gestão Ambiental do IZ pela atual diretoria, havendo uma expectativa de readequação ambiental e uso da unidade como um grande parque, agregando mais parceiros e custeando as despesas de manutenção das áreas protegidas. A Dra. Alexandra propõe desenvolver um programa de monitoramento de qualidade das ações/água, de forma a acompanhar a qualidade hídrica dos locais onde estão sendo realizados os plantios. A Sra. Meire (PM de Limeira) Meire e João Demarchi explicam sobre as funções do GT Indicadores e Monitoramento que já está em funcionamento. A Srta. Marina (Agência PCJ) esclarece que a ação de monitoramento está prevista para o próximo caderno temático. Petrus fala sobre o projeto de

Saneamento Rural desenvolvido em Holambra e disse também o saneamento esta previsto para acontecer na cidade toda. Também está animado como novo programa do governo federal para o saneamento rural no Brasil. A Agência PCJ e o GT-Mananciais podem desenvolver um TR para auxiliar os municípios a fazerem seus Planos Municipais de Saneamento e captar nessa fonte de recursos. Quanto ao município de Limeira a Srta. Marina informou que está sendo analisado o processo de licitação para contratação dos PIPs, sendo que na sequência serão os municípios de Charqueada e Arthur Nogueira; Em Salto a Agência PCJ executou diretamente o PIP e em Jaguariúna será a mesma coisa. A equipe ambiental fará essa atividade com o software desenvolvido. O Sr. João Demarchi pediu para a Srta. Marina que a área ambiental coloque o IZ também como um dos projetos que vem sendo desenvolvidos dentro da Política de Mananciais PCJ. Espera-se que na próxima reunião consigamos discutir com a CDRS a questão do CAR e do PRA, agora sob sua responsabilidade; **5. Encerramento:** O Sra. Meire Bassan (PM de Limeira), coordenadora adjunta do GT-Mananciais, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 13 h, desejando a todos um bom retorno.

Henrique Bellinaso
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan
Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN